

## "A perda de influência social e económica das mulheres é uma realidade"

---

### **Regina Marques, dirigente do Movimento Democrático de Mulheres, à conversa com a Página**

Afinal que razões motivam a persistência das desigualdades entre homens e mulheres em Portugal? A mulher portuguesa tem consciência plena dos seus direitos e do seu papel na sociedade? Deve ou não estabelecer-se o princípio de quotas na representação política?

Para tentar responder a estas e a outras interrogações e lançar algumas pistas para o debate, colocamos algumas questões a Regina Marques, professora da Escola Superior de Educação de Setúbal e dirigente do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Apesar de reconhecer que existe uma ?perda da influência social e económica das mulheres?, Regina Marques afirma que ela se deve, em grande parte, ao ?quotidiano difícil da esmagadora maioria das mulheres? e ao actual ?ambiente político e económico?.

**Após mais de 30 anos de um processo continuado de conquistas de direitos de igualdade nas esferas sociais, políticas e económicas, decorrentes da democratização da sociedade portuguesa, continuam a persistir desigualdades entre homens e mulheres em diversos domínios (nomeadamente no que se refere a salários, representação social e participação política). Que razões encontra para a persistência destas desigualdades?**

Acho que há várias razões, algumas ligadas ao quotidiano difícil da esmagadora maioria das mulheres e outras de carácter mais subjectivo ligadas ao ambiente político e económico.

De um lado, elas são quem, desde Abril, ocupa a maioria dos postos de trabalho mais mal remunerados e da base da pirâmide das carreiras profissionais. Com a progressiva e persistente ofensiva às empresas têxteis, do calçado, do sector eléctrico, da cerâmica e agora da função pública, a perda de influência social e económica das mulheres é uma realidade, e gera, como consequência, a perda de capacidade reivindicativa, que abre caminho ao medo do desemprego, ao desencanto e à desilusão.

Estão criadas as condições subjectivas para o uso e abuso da exploração e para que se assista à inqualificável desqualificação do trabalho das mulheres ? as licenciadas ocupadas em tarefas de caixas de balcão, serviços de hotelaria, as carreiras que não são actualizadas, etc.

Resta como sinal positivo a vontade que as jovens manifestam de ter o seu emprego, como factor de realização pessoal e de independência económica.

**Que motivos estarão por trás da profunda disparidade de representação de cargos políticos por parte das mulheres em Portugal? Falta de interesse das mulheres ou inexistência de condições que favoreçam a sua participação?**

A falta de condições sociais de apoio à família ? creche, infantários, ATL's, o patronato ou centros para idosos, a falta de meios financeiros para poderem ter mais tempo livre para participar, o desânimo face à política de agravamento das condições de vida.

A estes factores, acresce o efeito das políticas neoliberais com matriz predominantemente masculina e com uma acção ideológica que persiste na ideia de que a política, ligada ao poder, é feudo dos homens que, por sua vez, lhe imprimem os traços de uma actuação tradicionalmente masculina, sem horários, sem medos, sem fragilidades, com a sua "segurança e determinação".

**Concorda com o estabelecimento de quotas de participação política, à semelhança do que acontece em outros países?**

O Estado só deve legislar no sentido da paridade para órgãos de decisão da esfera da sua competência e não para a vida privada das pessoas, seja familiar, social ou política. O princípio da paridade nos centros de decisão, se pode ajudar a quebrar barreiras, não é o mesmo que o respeito pela igualdade na lei e na vida, não tem cunho libertador nem emancipador.

**Considera que a mulher portuguesa tem hoje consciência plena dos seus direitos e do seu papel na sociedade ou, pelo contrário, existirá ainda uma limitação "subconsciente" imposta pela sua representação social tradicional?**

Há um grande desconhecimento dos direitos, falta de confiança em mudanças mais significativas para as suas vidas, e, em muitos casos, a mulher é vulnerável a retrocessos, a voltar a ser a "mãe de família", como quando lhe acenam com a flexibilidade de trabalho ou trabalho parcial para poder ficar mais tempo em casa ou a licença de parto de 150 dias sem, contudo, ter direito à totalidade da remuneração.

**Que caminho para uma plena igualdade? Mais legislação? Ou uma mudança de atitudes? Que papel pode ter a escola nessa transformação?**

Os caminhos têm que ser variados, cruzados e participados com as próprias mulheres, tendo em conta as suas experiências.

Um grande primeiro passo será sempre a discussão e partilha com as próprias mulheres, para se encontrarem os fios condutores para deslindarem estereótipos e ideias feitas sobre o seu papel, sobre o papel dos agentes sociais, sobre o papel da política na transformação da vida e das ideias.

A escola pode ser actor de transformação sobretudo se souber criar espaços de discussão onde possam emergir "palavras, sentimentos e emoções" que provoquem desejo de mudança. Como para tudo, a escola deve promover valores sem moralismos.

Entrevista conduzida por **Ricardo Jorge Costa**